

Demonstração do valor adicionado

Jádson Gonçalves Ricarte

Contador; doutorando em Novas Tendências em Administração de Empresas pela Universidade de Valladolid - Espanha, em convênio com a Fanese - Faculdade de Negócios de Sergipe; pós-graduado em Auditoria Contábil - Universidade Estácio de Sá, bacharel em Direito e membro do Conselho Curador da Fundação Brasileira de Contabilidade (Gestão 2002/2005).

jadson@ricarte.com.br

RESUMO

Nos últimos anos, as empresas vêm presenciando um aumento crescente no grau de exigências do mercado consumidor e também no nível de competitividade dos comércios internos e externos. Devido a esses fatores, muitos têm sido os esforços pela sobrevivência no mercado a qual estão inseridas. Como forma de sobrevivência, muitas têm procurado atingir um melhor desempenho global, especialmente no que se refere à qualidade, custo e flexibilidade, procurando dessa forma obter uma vantagem competitiva em relação aos concorrentes e conseqüentemente tornar-se atraente para os consumidores.

Assim diversas são as formas de se mensurar o desempenho das entidades. Os caminhos a serem seguidos podem ser de ordem financeira, econômica ou social, não sendo mutuamente excludentes, muito pelo contrário, se complementam na busca de uma maior evidenciação do desempenho gerencial. Neste sentido, temos a Demonstração do Valor Adicionado, que é um importante componente do Balanço Social, pois tem como principal

objetivo evidenciar a capacidade da entidade de gerar riqueza bem como a forma de como esta é distribuída para os vários agentes sociais que contribuíram para a sua formação.

À medida que uma entidade desenvolve suas atividades empresariais, produz fluxos de natureza econômica, apropriados mediante a confrontação das receitas com as despesas para determinar sua magnitude econômica, ou seja, o excedente produzido durante o período.

Tradicionalmente, o resultado contábil (lucro líquido) tem sido considerado um dos melhores indicadores para avaliar a gestão. No entanto, esse resultado não significa, fielmente, aumento de riqueza, porque evidencia a riqueza patrimonial sob a perspectiva dos proprietários ou acionistas. A DVA preenche tal lacuna, pois contempla as mesmas informações contidas na Demonstração do Resultado (DRE), introduzindo uma magnitude mais social ao resultado das entidades. Na verdade complementa essa tradicional demonstração, ao representá-la sob a forma de geração e distribuição de riqueza.

A formulação técnica da DVA é útil para representar a realidade empresarial a partir de uma ótica diferente, que está relacionada com o resultado do esforço coletivo dos participantes de cada empresa, apresentando indagações fundamentais sobre o papel que essas companhias representam na sociedade e sobre o propósito da própria contabilidade financeira.

Este trabalho tem por finalidade propor a DVA como um instrumento gerencial de medição de desempenho.

PALAVRAS-CHAVES: demonstração do valor adicionado. demonstração do resultado.

ABSTRACT

In the last years, companies have been living a gradual increase on the level of demanding from the consumers and also on the level of the competition in the internal and external market. Due to these facts, lots of efforts have been made to guarantee the survival of the companies in the market they act. As a way to survive, a great number of companies have been trying to achieve the best global performance, especially in what concerns quality, costs and flexibility,

trying to obtain a competitive advantage over the competition and at the same time becoming more attractive to the consumers.

Many are the ways of measuring the performance of the companies. Some of these ways can be in the financial, economical or social area, not being mutually excluded, but complementing each other in the search for evidencing a better management performance. As a result, we have the Demonstration of the Value Added, which is an important component of the Social Balance because its aim is to evidence the capacity of the company to generate wealth as the way it is distributed among the various social agents that have contributed for its formation.

As a company develops its enterprise activities, it produces economical source flows; appropriate according to the confronting receipts with the companies to determinate its economical greatness, or rather, the over production in a period of time.

Traditionally the accounted result (liquid profit) has been considered one of the best indicators to evaluate the management. However, this result does not mean that, finally, rise of profits, because it evidences the patrimonial wealth under the perspective of the owner or partners. The DVA fill that blank, because it completes the same information in the Results Demonstration (RED), introducing a more social magnitude to the results of the companies. In fact, it completes this traditional demonstration when presenting it as a way of generation and production of wealth.

The technical formulation of the DVA is useful to represent the enterprise reality from a different point of view related to the result of the collective efforts of the participants from each of the companies, presenting fundamental questions about the part these companies represent in the society and about the purpose of the financial account itself.

This essay has the aim to propose the DVA as a management tool for performancemeasuring.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade é uma ciência que vem aprimorando-se ao longo dos anos por meio de princípios, convenções, postulados, novos conceitos, tendências e novas práticas contábeis. Com todo esse avanço, surgiu a idéia de que a empresa não deve só elaborar Demonstrações Financeiras que evidenciem o quanto foi recebido e gasto durante determinado período visando apenas à otimização e a maximização dos lucros, mas sim assumir compromissos de natureza econômica e social.

Assim, as empresas passaram a se preocupar em mostrar que, como principal agente econômico produtor de riquezas da sociedade, seu objetivo não é meramente gerar lucros para seus sócios e acionistas. Passaram a preocupar-se em evidenciar suas responsabilidades para com a sociedade em que estão inseridas. Pode-se citar como áreas de atuação social das empresas:

- a) responsabilidade na geração e manutenção de empregos;
- b) responsabilidade no pagamento de salários condignos a seus trabalhadores;
- c) responsabilidade de assegurar condições de higiene e segurança no ambiente de trabalho;
- d) papel supletivo ao do Estado de fornecimento de educação e capacidade tecnológica e gerencial de seus trabalhadores;
- e) papel supletivo ao do Estado de fornecimento de planos de saúde e aposentadoria adequadas aos trabalhadores;
- f) respeito aos consumidores, providenciando serviço de atendimento e assistência técnica adequada;
- g) responsabilidade pelo recolhimento de tributos;
- h) responsabilidade de preservação ao meio ambiente;

- i) fornecimento de alimentação aos trabalhadores;
- j) certificação da participação dos trabalhadores em seus lucros;
- k) introdução no mercado de trabalho dos menores aprendizes;
- l) mantimento de creches no ambiente de trabalho para tranquilidade das trabalhadoras;
- m) programas de atendimento à comunidade ao redor da sede da empresa;
- n) programas de apoio cultural à população da cidade-sede da empresa;

É nesse ambiente que surgiu no Brasil, a partir da metade deste século, a expressão Balanço Social como uma forte arma para analisar a atuação das empresas, tentando colocar assim a idéia de que a empresa não é apenas um agente econômico objetivando riquezas, mas é também um ente social, promovendo o bem-estar social.

Segundo De Luca (1998, p. 23):

Balanço Social é um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e principalmente avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.

No Balanço Social, as entidades estarão fornecendo informações que permitam ao usuário externo aquilatar a profundidade e a qualidade de sua atuação social, entre elas:

- a) folha de pagamento bruta da empresa;
- b) número de empregados no início e final do período,
- c) valor médio dos salários;
- d) dispêndios realizados com trabalhadores, como:
 - programa de alimentação;
 - fardamentos;
 - programa de assistência médica e previdenciária;

- manutenção de creches;
 - programas de treinamento;
 - custeio complementar de educação;
 - segurança no trabalho; participação nos lucros.
- e) ações destinadas à proteção aos consumidores;
- f) valor dos tributos pagos;
- g) dispêndios com a preservação do meio ambiente;
- h) contribuições para entidades beneficentes;
- i) patrocínios a atividades culturais e preservação de áreas municipais.

Segundo Herbert de Souza, apud Santos, 2003, p. 22:

Cabe às empresas oferecer dados sobre as atividades no campo social a entidades autônomas e independentes da sociedade civil. São imprescindíveis o acompanhamento, a análise e a participação nesse esforço conjunto. O balanço social não pode ser uma peça de marketing, mas uma demonstração responsável de investimentos sociais realizados pelas empresas.

Vários são os itens de verificação: educação, saúde, atenção à mulher, preservação do meio ambiente, contribuições para melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos funcionários, desenvolvimento de projetos comunitários, erradicação da pobreza, geração de renda e criação de postos de trabalho.

O Balanço Social tem relação com o bem-estar da comunidade onde está instalada a entidade, inclusive levando em conta os aspectos ambientais, hoje assunto de destaque no mundo inteiro. Com o fortalecimento das entidades "verdes" e as ONGs, entidades não-governamentais, o aspecto humanitário e ambiental passou a ter mais interesse público e, portanto, mais espaço na imprensa mundial.

No Brasil, tramita no Congresso Nacional Projeto de Lei número 3.116, de autoria de Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starding, que obrigaria as empresas

com mais de 100 empregados, durante determinado período, a divulgar, dentre as demais demonstrações contábeis, o Balanço Social.

Os artigos 2º e 3º desse projeto estabelecem:

Art. 2º O Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Art. 3º O Balanço Social deverá conter informações sobre:

I - A empresa: faturamento bruto, lucro operacional, folha de pagamento bruto, detalhando remunerações e valor total pago a empresas prestadoras de serviço.

II - Os empregados: [...]

III - Valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;

IV - Valor dos Tributos pagos, especificando cada item;

V - Alimentação do trabalhador: [...]

VI - Educação: [...]

VII - Saúde dos empregados: [...]

VIII - Segurança no trabalho: [...]

IX - Outros Benefícios: [...]

X - previdência privada: [...]

XI - Investimentos na comunidade: valor dos investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII - investimentos em meio ambiente: reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não poluentes e outros gastos que visem à conservação ou melho-

ria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes.

Parágrafo único: Os valores no Balanço Social deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro da empresa".

2 VALOR ADICIONADO

O processo produtivo é uma atividade social que tem por objetivo conciliar os recursos naturais com a criação de bens e serviços que permitam a satisfação das necessidades humanas. Sendo assim, a produção torna-se a principal atividade econômica a ser mensurada em um país, pois reflete a capacidade de satisfação das necessidades dos membros da sociedade.

Neves e Viceconti (2002, p.294), afirmam que:

O Valor Adicionado ou valor agregado representa a riqueza criada por uma entidade num determinado período de tempos (geralmente, um ano). Podemos afirmar que a soma das importâncias agregadas representa, na verdade, a soma das riquezas criadas.

Um dos principais indicadores que avalia o desempenho de um país é sua capacidade produtiva, que corresponde ao total de mercadorias e serviços finais produzidos em um determinado período, ou seja, seu Produto Interno Bruto (PIB). Uma das preocupações dos estatísticos que medem o PIB é evitar a dupla contagem. Daí a importância de considerar o valor adicionado, que em linhas gerais corresponde ao valor que foi, em cada etapa produtiva, acrescido (adicionado) ao valor das matérias primas utilizadas. Percebe-se então, que há duas maneiras de mensuração do PIB: pelo valor dos bens finais ou pela agregação dos valores adicionados em cada etapa produtiva. O PIB deve ser entendido como o

resultado da atividade econômica de um país, considerando apenas a riqueza gerada dentro de seu próprio território.

Segundo Simonsen e Cysne (1999), "denomina-se valor adicionado em determinada etapa de produção a diferença entre o valor bruto produzido nesta etapa (igual à venda mais acréscimo de estoques) e os consumos intermediários".

Conforme De Luca, citada por Santos (1999, p.39-40): "O valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período e é obtido, de forma geral, pela diferença entre as vendas e o total dos insumos adquiridos de terceiros". A autora explica que esse valor é igual à soma de toda a remuneração dos esforços consumidos nas atividades da empresa.

É importante esclarecer que, não se pretende explorar todos os conceitos relacionados ao tema, mas apenas destacar o significado dessa peça contábil, que deverá ser mais difundida neste século e utilizada como um dos meios de prestação de contas da empresa para a sociedade. Dado à sua importância, é que esse demonstrativo e foi incorporado ao anteprojeto de reformulação da Lei das Sociedades por Ações, apesar de observa-se que algumas empresas já vêm publicando a DVA espontaneamente, como uma forma de informar à sociedade os destinos de sua riqueza.

2.1 VALOR ADICIONADO: CONCEITO ECONÔMICO VERSUS CONCEITO CONTÁBIL

As diferenças existentes entre os conceitos de valor adicionado adotado pela Contabilidade e pela Economia são enormes. A Contabilidade toma como base para o cálculo do valor adicionado, o valor das receitas de vendas, enquanto que a Economia considera o valor da produção. Os países que utilizam essa

demonstração ou a discutem divergem-se. Alguns optam por basear-se no conceito original e querem a demonstração em função da produção, enquanto que os demais preferem, para efeitos contábeis, se calcule e demonstre o valor adicionado em função das vendas.

Como exemplo de uma possível diferença tomemos por base uma empresa que, em determinado período, não realize uma venda sequer. Dentro do conceito contábil, nesse período, seu valor adicionado seria igual a zero. Nesse aspecto, o conceito econômico é mais consistente, pois apresentaria como valor adicionado, dentro dos critérios do conceito de produção, a diferença entre o valor de mercado e os insumos pagos a terceiros no processo produtivo.

Importante é ressaltar que, na prática as empresas estão adotando o valor total das vendas como base para o cálculo do valor adicionado, pois este fica assim relacionado com os princípios contábeis utilizados nas demonstrações contábeis tradicionais, principalmente na Demonstração do Resultado, como também, utilizando-se o item vendas, é possível reconciliar o valor adicionado com a Demonstração do Resultado, dando maior credibilidade à Demonstração do Valor Adicionado para seus usuários.

3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Há alguns anos, surgiu uma nova demonstração financeira na Europa - influenciada principalmente pela França e a antiga Alemanha Ocidental - que vem crescer-se às demais, como Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração do Resultado, Balanço Social, originando então a Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA surge como um complemento do

Balanço Social, e deixa transparecer em linguagem simples, quanto a empresa gerou de riquezas para a sociedade, qual foi a participação do governo, quanto foi a remuneração do trabalho e quanto receberam os terceiros financiadores do capital de giro da empresa.

O valor adicionado constitui-se da receita de venda, deduzido dos custos dos recursos adquiridos de terceiros, como: matéria-prima, mercadorias para revenda, serviços, energia elétrica, enfim todos os insumos adquiridos e consumidos durante o processo operacional. O resultado representa o que a empresa adicionou aos insumos/serviços adquiridos para chegar ao seu produto/serviço final; corresponde, portanto, à riqueza gerada pela empresa em determinado espaço de tempo, exercício social e sua distribuição aos diversos setores da sociedade. (DE LUCA, 1998, p. 22).

A DVA é um componente importante do Balanço Social e apresenta-se como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de gerar e distribuir a riqueza de uma entidade. É elaborada com base nos dados extraídos pela Contabilidade, portanto registros efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, que poderão ser obtidos principalmente na Demonstração do Resultado do Exercício, porém não deve ser com ela confundida.

“Tudo começou porque a demonstração do resultado também não é capaz de, diretamente, mostrar o quanto de valor a empresa está adicionando aos insumos que adquire (NEVES e VICECONTI, 2002, p. 294)”.

A contabilidade utiliza a Demonstração do Valor Adicionado para identificar e divulgar quanto a atividade da empresa gera de recursos adicionais para a economia local, como e para quem os distribui. Esta é uma informação de fundamental importância para a gestão econômica governamental regional, dado que a instalação de uma empresa consome,

necessariamente, recursos públicos, por meio da implementação de infra-estrutura básica: asfalto, rede de água, esgoto etc., ou na forma de subsídios, redução de impostos permanentes ou temporários.

Para avaliação de investimentos faz-se necessário identificar os benefícios que podem gerar (ou que estão gerando) as empresas, frente aos recursos que consomem de modo a se aferir as vantagens da permissão de sua instalação ou continuidade. Ou, principalmente, para induzi-las à melhoria de seu comportamento social e econômico.

Se uma indústria obtém autorização para funcionamento em um município, mas utiliza mão-de-obra de outros, os recursos distribuídos, a título de remuneração, serão consumidos nestes, desestimando, com isso, a criação de atividades econômicas que pudessem absorver tais recursos, e a força de trabalho disponível. No entanto, a indústria terá consumido os recursos municipais com o uso da infra-estrutura que lhe foi entregue.

Todavia, se uma empresa que consome todos os recursos mencionados acima, o único benefício que propicia é o emprego dos moradores da cidade e não adiciona nenhum valor durante o seu processo produtivo. Esta seria uma situação rara, mas que configuraria poucas alternativas de continuidade, dado que esta requer o reinvestimento dos lucros, na manutenção da empresa. Os sócios não podem estar permanentemente investindo novos recursos na empresa, esta deve ter condições de se manter. É necessário que seja agregado algum valor aos produtos da empresa de forma a justificar um aumento que permita sua continuidade.

A análise da Distribuição do Valor Adicionado identifica a contribuição da empresa para a sociedade e os setores por ela priorizados. Este tipo de informação serve para avaliar a performance da empresa no seu contexto lo-

cal, sua participação no desenvolvimento regional e estimular a continuidade de subsídios e incentivos governamentais.

Assim surge como parte integrante do Balanço Social, porém agora apenas sob o aspecto econômico a Demonstração do Valor Adicionado, que tem como objetivo demonstrar o valor da riqueza gerada pela entidade e a forma como essa riqueza está sendo distribuída para os empregados (salários), governo (tributos), terceiros (juros), empresa (lucros) e acionistas (dividendos), mais um instrumento contábil que pode ser amplamente utilizado pelos acionistas ou investidores, bem como pela sociedade, quer seja para ajudar a equilibrar as relações entre o capital e o trabalho, orientar programas de incentivos fiscais, planejamento tributário ou investimentos setoriais e também para manter o cidadão informado acerca da política de distribuição de riqueza gerada nas entidades.

Segundo Kroetz (2000, p.40):

A DVA é na realidade a diferença entre os recursos consumidos que a organização adquiriu de terceiros e o que ela produziu, ou seja, representa o que foi agregado de valor ao produto/serviço (riqueza gerada), dentro do seu ciclo operacional. Demonstrando, ainda, sua distribuição para empregados, governo, financiadores, acionistas/sócios etc.

3.1 NECESSIDADE DE ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO

A necessidade de elaboração da DVA surgiu tendo em vista que:

- a) a Demonstração do Resultado do Exercício identifica apenas qual a parcela da riqueza criada que efetivamente pertence à empresa na forma de lucro, logo não identifica as demais gerações de riqueza (valores adicionados ou agregados);
- b) as demais demonstrações financeiras tam-

bém não são capazes de indicar quanto de valor (riqueza) a entidade está adicionando ou agregando às mercadorias ou insumos que adquire;

- c) as demonstrações financeiras não identificam, quanto e de que forma foram distribuídos os valores adicionados ou agregados, ou seja, não identificam de que forma foram distribuídas as riquezas criadas pela empresa.

3.2 OBJETIVO

Com o direcionamento do mercado para a globalização, gerando um aumento da concorrência em face ao desenvolvimento da própria sociedade, outras necessidades do homem, a interferência das empresas na vida social, houve a necessidade de uma reestruturação organizacional e uma busca de instrumentos eficientes de informações para atender as necessidades dos usuários.

Surgiu então o Balanço Social, que é uma ferramenta contábil que divulga informações sobre o desempenho sócio econômico das empresas e seu relacionamento com a sociedade e, acoplado a ele a Demonstração do Valor Adicionado que objetiva demonstrar a riqueza gerada pela empresa, bem como a que foi distribuída entre os setores que contribuíram, direta e indiretamente, para a geração dessa riqueza, como os sócios, os funcionários, o governo, as instituições financeiras e o país como todo.

Segundo FIPECAFI (2000, p.31), a:

A Demonstração do Valor Adicionado objetiva evidenciar a contribuição social da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está instalada. Discrimina o que a empresa agrega de riqueza à economia local e, em seguida, a forma como distribui tal riqueza.

Para Rubens Oshiro (2003, p.69) "A Demonstração do Valor Adicionado torna claro,

portanto, o quanto de valor a empresa adiciona aos insumos adquiridos por ela e sua distribuição aos elementos que contribuíram para essa adição".

3.3 IMPORTÂNCIA

A demonstração do valor adicionado é preparada pelo sistema de informações contábeis e apresenta o conjunto de dados que revelam a riqueza gerada pela entidade em determinado período, bem como sua distribuição.

Constitui-se numa informação de fundamental importância não só para a gestão, como também aos demais usuários da Contabilidade. Sendo possível citar a relevância da DVA para as entidades governamentais, auxiliando no processo de análise do perfil e da contribuição da entidade, servindo de base para abertura de linhas de crédito, incentivos, procedimentos conjuntos, entre outras atividades de interesse público.

A análise da distribuição do valor adicionado identifica a contribuição da empresa para a sociedade e os setores por ela priorizados. Este tipo de informação serve para avaliar a performance da empresa no seu contexto local, sua participação no desenvolvimento regional e estimular a continuidade de subsídios e incentivos governamentais.

As entidades poderão utilizar-se da Demonstração do Valor Adicionado para identificar, analisar e comunicar o montante de recursos adicionais gerados para a economia (local, regional, nacional, setorial etc.), bem como para relacionar quais as fontes e quais as aplicações dessa riqueza (para quem foi distribuída).

A Demonstração do Valor Adicionado é bastante útil do ponto de vista macroeconômico, pois, conceitualmente, o somatório dos valores adicionados de um país representa seu produto interno bruto.

Além disso, através dessa demonstração, as empresas podem mostrar a parcela de riqueza criada por elas e como se dá sua apropriação. As empresas que têm uma carga tributária elevada poderiam evidenciar tal fato de maneira muito mais eficaz. As que têm uma política salarial e de benefícios mais favorável aos empregados também poderiam mostrar tal fato de modo a melhorar sua imagem perante os funcionários, acionistas, sindicatos e público em geral.

A distribuição do valor adicionado reflete quem são os beneficiados com o desempenho da empresa: empregados, governo, terceiros, acionistas, os quais estão representados pela remuneração do pessoal e encargos sociais; impostos sobre vendas, produção e serviços, taxas e contribuições: juros sobre o capital próprio, dividendos, aluguéis de imóveis, e, por fim, pode ser retido a título de reinvestimento na organização.

A Demonstração do Valor Adicionado não deve ser confundida com a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); embora elas se complementem, mantêm limites bastante definidos, gerando informações específicas. A DRE fornece informações exclusivamente voltadas para os sócios e acionistas. Em contrapartida, a DVA oferece informações relativas à riqueza gerada pela empresa e a forma com que essa riqueza é distribuída entre o governo, os funcionários, os fornecedores externos de capital e os próprios sócios e acionistas; informações estas importantes para todos os que possuem relacionamento direto ou indireto com a entidade. No entanto, ambas têm algo em comum, pois os valores apresentados tanto na DVA como na DRE estão contabilizados sob o regime de competência.

Na Demonstração de resultados, a ótica do relatório é do ponto de vista do sócio ou acionista da empresa, portanto, os valores que remuneram o trabalho por meio do salário,

encargos e participações; os serviços de terceiros; o governo através dos tributos e o capital de terceiros pelos juros, são tratados como despesas e subtraídos do resultado gerado pela empresa. (Perez Junior, 1999, p. 192).

3.4 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DVA

1. Fornece informações que demonstre a geração de riqueza da empresa e seus efeitos sobre a sociedade que está inserida.
2. Demonstra o valor adicionado em cada um dos fatores de produção e seu destino, conforme abaixo:
 - dispêndio na remuneração dos empregados;
 - geração de tributos ao governo (municipal, estadual e federal);
 - remuneração do capital de terceiros através de juros;
 - remuneração dos acionistas através de distribuição de lucros.
3. O somatório dos valores obtidos nas Demonstrações de Valor Adicionado apresentados pelas unidades produtivas dos mais variados níveis de atividades econômicas que são classificadas pelo IBGE, excluídas as duplas contagens, pode ser considerado como o PIB do país.
4. Pode-se efetuar análise vertical/horizontal dessa demonstração, com a comparação da participação de cada item da demonstração em sucessivos exercícios sociais, enfatizando sua evolução.

3.5 DVA ELABORADA POR SEGMENTO

A informação por segmento é muito pouco utilizada no Brasil, haja vista ser bastante exíguas as referências sobre elas na literatura bra-

sileira, podendo destacar-se a Fipecafi, que define como objetivo do relatório por segmento:

proporcionar aos usuários de demonstrações financeiras elementos operacionais e outros dados sobre as partes separadas de uma companhia, para lhes permitir juízos fundamentados com respeito à lucratividade, riscos e oportunidades de crescimento, demonstrando tendências sem apresentar necessariamente a posição financeira ou resultado operacional de cada segmento.

Outra referência em relação à informação por segmento, apesar de ser bastante tímida, encontra-se no Parecer de Orientação nº 24, de 15 de janeiro de 1992, da CVM, que tem em seu item 4, denominado Avanços na Qualidade da Informação e Divulgação das Demonstrações Contábeis, que encoraja as empresas de capital aberto a divulgar seus resultados por linhas de produtos no negócios, principalmente os relativos às demonstrações consolidadas.

Organismos internacionais, como o Financial Accounting Standards Board (Fasb) e o International Accounting Standards Board (Iasb), o primeiro mais precisamente voltado para empresas instaladas no mercado dos Estados Unidos, ou que desse mercado queira participar, e o segundo já vêm se pronunciando quanto a esse aspecto. A divulgação exigida por esses organismos é relativo às informações que devem ser segmentadas por produtos e serviços, por áreas geográficas e clientes. O volume de informações, dependendo de cada empresa, poderá ser bastante grande, criando assim argumentos "pró e contra" a DVA elaborada por segmento.

Santos (2003, p.53):

Entre os argumentos favoráveis, sem exauridos, podem ser citados:

a) a evidenciação das vendas, por exemplo, por cliente, pode mostrar o exato grau de dependência em relação a um único comprador; a mesma informação pode ainda

ser apresentada por área geográfica ou atividades e produtos e é de extrema utilidade na função de auxiliar em predições;

b) dados consolidados normalmente não são úteis na aferição de lucros ou fluxos de caixa futuros.

Os argumentos desfavoráveis mais frequentes são os seguintes:

a) a quantidade excessiva de informações pode tornar a comparação entre empresas ou grupo de empresas totalmente ineqüível;

b) os investidores normalmente preocupam-se única e exclusivamente com o retorno de seus capitais investidos e não têm qualquer interesse nesse tipo de informação segmentada;

c) o custo de obtenção da informação e seu detalhamento exagerado podem provocar desinteresse na tentativa de entendimento das demonstrações contábeis.

Podemos acrescentar, como argumento favorável para a DVA elaborada por segmento, a clareza das informações para os investidores, ao optar por aplicar seu capital em determinada empresa.

Levando em conta as características operacionais de cada um dos setores da atividade econômica, alguns pontos seriam importantes para a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado:

Instituições Financeiras

É um setor diferenciado quando se fala em riqueza criada ou valor adicionado. Isso porque, para as demais atividades os juros pagos ou devidos são trados como distribuição do valor adicionado ou parcela de riqueza criada pela empresa remunerando capitais de terceiros; enquanto, nas instituições financeiras, esses juros representam resultado de valor adicionado.

Prestação de Serviços

Tendo como o principal objetivo a prestação de serviços, elimina-se o problema de ava-

liação de estoques. A apuração do valor adicionado é calculada tomando-se a receita de prestação de serviços e deduzindo-se os insumos (materiais e serviços) adquiridos de terceiros e necessários à atividade.

Comércio

O valor adicionado é obtido tomando-se a receita de vendas e deduzindo-se o consumo intermediário, representado pelas mercadorias adquiridas para revenda, outros materiais e serviços adquiridos por terceiros e necessários na evolução dos negócios.

Como parte do consumo intermediário, podemos considerar despesas como materiais auxiliares, energia elétrica, combustível, propaganda, publicidade e serviços em geral prestados por terceiros.

Indústria

No setor de atividade industrial, para efeitos de cálculo do valor adicionado, tem-se a diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Fazem parte do valor de insumos de terceiros os custos de matérias-primas, materiais auxiliares e componentes, peças e acessórios, combustíveis, os serviços de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos prestados por outros estabelecimentos, energia elétrica etc.

Não existe ainda no Brasil regra que obrigue as empresas à apresentação de demonstrações por segmento. No entanto, entende-se que elas são de extrema valia e que deveriam ser oferecidas aos usuários, não só em relação à Demonstração do Valor Adicionado como em todas as demais demonstrações contábeis.

A DVA apresentada por segmento poderia ser mais útil na prestação de informações sociais, como o caso da Petrobrás, que segundo Melhores e Maiores de 2002, relativa ao exercício de 2001, publicada pela revista Exa-

me, foi a que apresentou maior valor adicionado entre as empresas que atuam no Brasil.

3.6 CONCEITOS SOBRE: GERAÇÃO DE RIQUEZA E DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A DVA é dividida em duas partes: a primeira trata da geração de riqueza, demonstrando como a empresa agregou valor por meio da sua atividade econômica; e a segunda apresenta de que forma essa riqueza está distribuída entre os principais agentes econômicos relacionados à entidade.

1) Geração de Riquezas

A seguir, está relacionado cada um dos conceitos da DVA referente à primeira parte da demonstração que é a geração de riqueza:

- a) **Receitas:** são aquelas decorrentes das atividades operacionais da empresa: vendas de produtos, mercadorias ou prestação de serviços. Neste item, aparece a divergência entre o conceito econômico e o conceito contábil de valor adicionado. Enquanto que, em Economia, para o cálculo do valor adicionado, considera-se toda a produção, em Contabilidade, utiliza-se somente o que foi vendido.
- b) **Insumos Adquiridos de Terceiros:** materiais e serviços comprados de outros agentes econômicos e utilizados na obtenção de receita, ou seja, insumos adquiridos para produzir os produtos ou serviços. O seu valor precisa ser subtraído das receitas para o cálculo do valor adicionado, a fim de se evitar a dupla contagem.
- c) **Valor Adicionado Bruto:** resultante da diferença entre o valor das receitas e o valor dos insumos consumidos para a geração destas receitas. Representa o que foi agregado aos bens ou serviços vendidos pela empresa.

- d) **Depreciação:** desgaste ou perda dos bens permanentes, que contribuíram para a geração das receitas, os quais geralmente integrante do preço de custo dos bens e serviços negociados ou considerados pela empresa no preço de venda para fins de recomposição do ativo imobilizado. Por exemplo, a redução da vida útil um veículo numa empresa de transporte.
- e) **Valor Adicionado Líquido:** valor agregado pela empresa ao produto ou serviço vendido, já descontado os consumos intermediários e a depreciação.
- f) **Receitas Financeiras:** refere-se às receitas provenientes de ganhos financeiros, como juros e descontos, que não representam a receita da atividade-fim das empresas industriais, comerciais e de serviços, mas que ajudam a compor o valor adicionado.
- g) **Resultado da Equivalência Patrimonial:** ganho ou perda provenientes de atividades não-relacionadas com a atividade-fim da empresa. Como exemplo, pode-se citar o resultado de uma empresa coligada ou controlada.
- h) **Resultado Não-Operacional:** ganhos ou perdas não-provenientes da atividade da empresa, como, por exemplo, o resultado de alienação do ativo permanente.
- i) **Valor Adicionado:** riqueza gerada durante o período. Representa o valor adicionado a distribuir.
- 2) Distribuição do valor adicionado**
São os agentes relacionados com a empresa e que recebem parte da receita gerada:
- a) **Empregados:** recebem parte do valor adicionado, pela remuneração da sua força de trabalho, a qual deve ser dividida em duas partes:
- Remuneração direta: destina-se diretamente aos funcionários na forma de salários, férias, 13º salário e IR retido na fonte, entre outros.
 - Remuneração indireta: é a remuneração que, embora pertencendo ao empregado, é destinada à constituição de fundos que poderão ser utilizados tanto no presente como no futuro. Nesse grupo, estão os gastos que a empresa faz com FGTS, plano da previdência privada, plano de saúde etc.
- b) **Governo:** recebe parte do valor adicionado por força de lei, pela remuneração social, política e econômica, a qual gera condições de a empresa operar na comunidade. Neste item, são incluídos os impostos, dentre os quais, destacamos: ICMS, IPI, ISS, Imposto de Importação, Imposto Predial e Territorial Urbano, ITBI, Imposto sobre Operações Financeiras, Impostas sobre a Renda etc. Além destes, alguns autores incluem as contribuições que as empresas fazem a COFINS, PIS e INSS, por entenderem que elas têm mais características de tributo do que remuneração indireta ao empregado. Com relação a essa postura, Luca (1998) afirma: "na distribuição do valor agregado devem ser evidenciados os valores destinados a toda a mão-de-obra separadamente dos encargos que vão ao governo, na forma de encargos sociais (INSS)...".
- c) **Financiadores:** recebem parte do valor adicionado pela remuneração do capital investido na empresa sob a forma de empréstimos e financiamentos.
- d) **Acionistas:** recebem parte do valor adicionado pela remuneração do capital próprio investido na entidade. Esta remuneração é realizada de várias formas, das quais destacamos: dividendos, lucros retidos e absorção do valor adicionado negativo. Inclui-se neste item a participação dos acionistas minoritários.

3.7 A DVA NO BRASIL E NO MUNDO

Atualmente, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o anteprojeto de reforma da lei das sociedades anônimas de capital aberto, o qual prevê significativas modificações nas demonstrações financeiras obrigatórias, buscando conciliar as novas práticas contábeis e as respectivas demonstrações com as exigidas nos principais mercados mundiais. Este anteprojeto tem como arcabouço básico as recomendações emanadas do *Internacional Accounting Standards Committee* (IASC), que é um órgão que congrega as entidades profissionais da grande maioria dos países, inclusive o Brasil. Segundo Marion (op cit), "estamos na eminência de grandes mudanças na quantidade, qualidade e conteúdo das demonstrações financeiras publicadas pela sociedade por ações e elaboradas por outros tipos societários".

Dentre as várias mudanças sugeridas, encontra-se uma que nos é particularmente relevante: a inclusão, nos demonstrativos, da DVA. Entretanto, cabe a nós apontarmos uma pequena falha no anteprojeto, uma vez que ele não define um modelo específico para a sua elaboração e, por este motivo, traz como consequência uma falta de padronização e a possibilidade de manipulação dos dados, diminuindo a credibilidade do demonstrativo.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vem incentivando e apoiando a divulgação voluntária de informações de natureza social, tendo emitido dois Pareceres de Orientação. Nesse sentido temos: o Parecer de Orientação CVM nº 15/87, na parte que trata do Relatório da Administração, e o Parecer de Orientação CVM nº 24/92, sobre divulgação da Demonstração de Valor Adicionado.

Além disso, fez incluir no anteprojeto de reformulação da Lei nº 6.404/76 a obrigatoriedade da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado e de informações de natureza soci-

al e de produtividade. Trata-se do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/Nº 01/00, objetivando com isto tornar as empresas mais atrativas para o mercado de capitais, além de atender à expressão recomendação por parte da ONU. Todavia, apesar deste empenho, esta também não propôs um modelo de padronização para a DVA, levando muitas empresas, por falta de conhecimento, a não publicarem esse demonstrativo.

Alguns países, como Índia e África do Sul, exigem que qualquer empresa estrangeira que queira construir uma filial demonstre qual será a expectativa de valor adicionado que será gerado no país. Assim tal empresa deve fornecer ao gestor público local uma DVA que projete qual será o valor estimado para remuneração da mão-de-obra local e quais os benefícios que ela poderá trazer no que se refere à geração de impostos diretos e indiretos a longo prazo.

O Brasil deveria adotar este critério, quando da pretensão de empresas virem instalar-se em nosso território. Não como mais um formulário, mas vislumbrando a perspectiva de investimento e agregação de riquezas ao nosso país.

4 A UTILIZAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE

A Contabilidade como ciência que estuda a riqueza das células sociais, constitui-se na área do conhecimento capaz de diagnosticar e comunicar os impactos que as entidades econômicas causam aos seus entornos: internos e externos, uma vez que, quase todas as decisões administrativas promovem influências, imediata ou *a posteriori*, que geram fatos patrimoniais.

A utilidade da informação contábil é comprovada na medida em que ela serve de apoio para a gestão da entidade (contabilidade ge-

rencial) e de instrumento de informação para a sociedade (contabilidade sócio-ambiental), cujo objetivo final é construir novas estruturas contábeis que permitam informar o real significado das entidades dentro de um contexto amplo que envolva, além dos fatos econômicos e financeiros, também os aspectos sociais e ambientais.

Paralelamente às mudanças do ambiente, em níveis macroeconômicos, as empresas estão diante da necessidade de estabelecerem sistemas de informação e comunicação que lhes permitam adaptar-se a essas situações de mudanças de forma flexível e estável. Por conseguinte, surge a necessidade de se distinguir entre o que corresponde à própria gestão empresarial interna e o que afeta fundamentalmente às relações da empresa com o seu entorno, sem, no entanto, esquecer a interdependência existente entre ambas magnitudes.

Ao longo das últimas décadas, a informação contábil vem passando por transformações em sua forma final, para atender às características determinantes da evolução empresarial. As novas necessidades da sociedade moderna puseram em evidência a ineficiência do sistema tradicional de informação contábil (em alguns aspectos), cujo enfoque, essencialmente dirigido para o desempenho econômico e o aspecto fiscal, não possibilita a introdução de dados de caráter social e ambiental, que hoje se fazem necessários devido às mudanças conjunturais.

Por isso, é necessário disponibilizar aos distintos usuários informações eficazes para seus processos de tomada de decisão. Logo, a informação contábil deve estar cada vez mais orientada para satisfazer múltiplos e diferentes objetivos e fornecer os dados necessários e corretos para cada situação concreta. Isso fará com que a Contabilidade caminhe na direção de um sistema contábil estruturado numa visão multidimensional que propicie indistinta-

mente a satisfação das necessidades presentes e futuras de todos os usuários que têm interesses na informação contábil.

Neste novo cenário, Cosenza *et al* (2002) entendem que a informação do valor adicionado marca um importante avanço, pois contribui para o auxílio à tradução da intervenção da entidade no processo econômico seqüencial no âmbito de um determinado sistema econômico, permite a obtenção de informações sobre a geração e a distribuição de riqueza para a empresa e a sociedade onde ela está inserida, e também é importante no campo macroeconômico, como gerador de subsídios para medir, calcular e analisar a produção e a riqueza de uma economia, em qualquer magnitude.

Efetivamente, a DVA, como demonstração oriunda do sistema de informações contábeis, configura-se em importante ferramenta de análise e avaliação das atividades celulares e de suas repercussões nos ambientes sociais; já que, por meio deste informe, é possível acompanhar a parcela da riqueza gerada e aplicada, isto em termos monetários, percentuais ou por indicadores. Cada uma das informações atende às necessidades específicas de distintos grupos de usuários, como:

- a) **Aos empregados/sindicatos:** a DVA serve de base para negociações salariais, para comparações entre entidades do mesmo segmento, para estudos do comportamento evolutivo da remuneração ao longo do tempo etc;
- b) **Aos governos/instituições:** estes podem efetuar estudos comparativos da carga tributária por setores/atividades, avaliando quais as categorias que mais contribuem para a formação da receita tributária, resultando disto, reformulações legais como a constituição de impostos seletivos, redimensionamento de tributos por regiões etc. As DVAs agrupadas podem apresentar o crescimento econômico de determinadas regi-

ões e atividades, fazendo com que os governos sigam ou alterem suas políticas de fomento, de incentivos e seus planejamentos;

- b) **Aos financiadores/credores:** a este grupo a DVA comunica a saúde econômica da entidade e a sua evolução na geração da riqueza;
- c) **Aos acionistas/proprietários:** aos formadores do capital próprio da entidade, a DVA apresenta a parcela que lhes coube em determinado período, podendo estes efetuar análises do investimento, objetivando a continuação da aplicação ou o seu redimensionamento; bem como fornece importantes subsídios para a preparação da análise global da entidade;
- d) **Aos administradores:** a DVA serve como instrumento de apoio ao planejamento estratégico, à decisão e ao controle, além de apresentar a parcela que lhes cabe a título de remuneração;
- e) **À sociedade:** por meio da DVA, a sociedade organizada pode comprovar a representatividade das práticas de responsabilidade social das entidades, como também avaliar a geração da riqueza e sua estrutura de distribuição.

Em realidade, as informações constantes na DVA servem como base para a realização de análises contábeis que podem identificar a relação da entidade tanto com os agentes internos (empregados, administradores, proprietários, acionistas etc.), como com os agentes externos (governos, sindicatos, financiadores, credores etc.).

Pelas características das informações que compõem a DVA e sua utilidade na análise e avaliação da entidade, é possível afirmar que ela se constitui em um importante instrumento de gerenciamento e planejamento, e também de controle social, uma vez que sua apresentação revela dados significativos da atividade das

entidades e seus conseqüentes impactos considerando-se a perspectiva de papel social desempenhada pelas empresas.

Nas publicações das Demonstrações Contábeis, após a identificação da empresa, destaca-se o Relatório da Diretoria ou Administração. São informações normalmente de caráter não financeiro que abrangem:

- dados estatísticos diversos;
- indicadores de produtividade;
- desenvolvimento tecnológico;
- a empresa no contexto socioeconômico;
- políticas diversas: recursos humanos, exportação etc.;
- expectativas com relação ao futuro;
- dados do orçamento de capital;
- projetos de expansão;
- desempenho em relação aos concorrentes, Balanço Social etc.

As análises efetuadas com base nas demonstrações financeiras consideram as avaliações patrimoniais, econômicas e financeiras. A demonstração do valor adicionado representa uma ferramenta de análise que poderá ser utilizada por todos os que pretendam entender melhor as relações da empresa. A contabilidade nacional já se utiliza desse instrumento, que a partir de agora poderá ser utilizado como forma de individualizar a participação de cada empresa dentro da formação e distribuição da riqueza.

A utilização da DVA, no conjunto de informações produzidas pelas empresas, poderá dar condições de comparação entre grandezas econômicas que, antes, apenas com base nas demonstrações contábeis tradicionais, não era possível.

4.1 QUOCIENTES QUE PODERÃO SER EXTRAÍDOS DA DVA

Tradicionalmente, na análise de balanço, as demonstrações mais utilizadas são o Balanço

Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, ressaltando que as demais demonstrações, como a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, também são fontes de informações importantes para a análise.

Uma das principais técnicas de análise financeira é a elaborada com base na comparação entre os dados das demonstrações contábeis, também conhecida como análise por quocientes, que também será importante no processo de avaliação das informações obtidas na DVA.

1) Utilização do valor adicionado como medida de produtividade

A geração do valor adicionado está condicionada à aplicação de fatores de produção, assim a utilização do valor adicionado como medida de produtividade mostra quanto em média cada funcionário produziu de riqueza para a empresa, e poderá ser estabelecido pelo seguinte quociente:

$$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Nº de Empregados}}$$

Este quociente é importantíssimo, principalmente porque o fator trabalho é um dos mais relevantes entre os indicadores macroeconômicos. Porém, como qualquer quociente, a análise com base no valor encontrado deve ser feita de forma a não produzir conclusões incorretas e, por isso, alguns cuidados devem ser tomados, tais como: não efetuar comparação com empresas de outros setores, se existe setores terceirizados na empresa comparada.

2) Quociente entre mão-de-obra e valor adicionado ou vice-versa

Consiste em outra forma de se calcular a

produtividade da mão-de-obra de uma empresa ou segmento, pois a relação entre a mão-de-obra e o valor adicionado, ou vice-versa, é um indicador de tendência ou eficiência.

Tal análise, apesar de simples, torna necessário ter bastante conhecimento sobre o que representa esse quociente e como determinadas alterações poderão ser entendidas, já que essas relações são recíprocas e têm exatamente o mesmo significado, por exemplo:

$$\text{Quociente I} = \text{Gastos com pessoal/valor adicionado} = 10.000/40.000 = 25\%$$

$$\text{Quociente II} = \text{Valor adicionado/Gastos com pessoal} = 40.000/10.000 = 4$$

Supondo que obtivéssemos um aumento de 10% no valor adicionado e a parcela correspondente à mão-de-obra permanecesse inalterada, os quocientes passariam agora para:

$$\text{Quociente I} = \text{Gastos com pessoal/valor adicionado} = 10.000/44.000 = 22,7\%$$

$$\text{Quociente II} = \text{Valor adicionado/Gastos com pessoal} = 44.000/10.000 = 4,4$$

Tais quocientes poderiam ser analisados de duas formas distintas: a primeira que houve uma diminuição na participação da mão-de-obra no valor adicionado e a segunda como um acréscimo na produtividade dos empregados.

3) Quociente entre valor adicionado e faturamento

$$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Faturamento}}$$

Denominado de produtividade das vendas, esse quociente determina quanto de cada unidade monetária vendida foi transformado em riqueza pela empresa. Esse quociente será maior ou menor dependendo do grau de ver-

ticalização ou horizontalização em que a empresa esteja inserida.

4) Quociente entre ativo total e valor adicionado

$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Valor Adicionado}}$$

Representa o volume de capitais aplicados na obtenção das riquezas geradas pelas empresas. Esse quociente demonstra com maior nitidez as diferenças setoriais de necessidade de aplicação de capitais.

Sua aplicação também requer alguns cuidados na utilização dos dados disponibilizados para seu cálculo:

- eliminar valores de ativos em construção ou investimentos em outras sociedades;
- quando no valor adicionado para efeito de análise, esteja incluído valor recebido em transferência, na forma de receitas financeiras e equivalência patrimonial os valores dos ativos serão outros.

5) Quociente entre a remuneração do capital e o financiamento do ativo total

$$\frac{\text{Patrimônio Líquido/Capitais de Terceiros}}{\text{Valor Adicionado}}$$

Representa de que forma as remunerações devidas aos financiadores de capitais estão sendo distribuídas, uma vez que o ativo é totalmente financiado pelos capitais próprios, que são representados contabilmente pelo patrimônio líquido, e capitais de terceiros, que representam os passivos de curto e longo prazo, sejam eles onerosos ou não.

6) Quociente entre gastos com pesquisas e desenvolvimento e valor adicionado

**Pesquisa e Desenvolvimento
Valor Adicionado**

Representa quanto à empresa está destinando da riqueza criada para o aumento de sua capacidade de inovação. Com a redução do tamanho do Estado, mundialmente a responsabilidade pelos gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos deixou de ser responsabilidade da atividade estatal, passando a ser quase que exclusivamente das empresas privadas.

7) Quociente entre valor adicionado do ano e do ano anterior

$$\frac{\text{Valor Adicionado X1}}{\text{Valor Adicionado X0}}$$

Na comparação do valor adicionado de um ano em relação ao ano anterior, o resultado será o acréscimo ou decréscimo da atividade da empresa na produção e distribuição de riquezas, proporcionando assim condições de buscar as razões para entender o que aconteceu com a atividade da empresa nos anos analisados. Ressalta-se para o fato de que o crescimento do valor adicionado, do ponto de vista macroeconômico, é sempre desejável, mas isso pode não significar aumento de riqueza para os acionistas ou empregados; pode apenas representar um aumento que deverá ser repassado na forma de imposto, por exemplo.

8) Quociente entre gastos com pessoal e valor adicionado

$$\frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Valor Adicionado}}$$

Representa quanto à empresa está distribuindo da riqueza criada para seus trabalhadores. Essa informação é bastante útil e pode ajudar nas resoluções de diversos conflitos entre sindicalistas ou representantes dos empregados e seus empregadores ou sindicatos patronais.

9) Quociente entre gastos com impostos e valor adicionado

$$\frac{\text{Imposto}}{\text{Valor Adicionado}}$$

Indica quanto da riqueza gerada pela empresa está sendo destinada ao Estado, ou seja, aos governos federais, estaduais e municipais, sob a forma de impostos, taxas, contribuições etc.

Esse quociente poderá auxiliar no planejamento tributário, pois se torna evidente qual é a carga tributária a que a empresa está submetida, como também auxiliará o próprio governo na tomada de decisões, como, por exemplo, escolha de áreas geográficas ou setores da economia, que serão beneficiados com redução ou isenções de impostos.

Esse quociente indica a carga tributária das empresas, não representa o total de impostos arrecadados pelo Estado, por isso, no total desses impostos, não são considerados os valores que são retidos na fonte, como Imposto de Renda Retido na Fonte do Trabalhador e a contribuição do INSS descontada dos empregados.

10) Quociente entre gastos com juros e aluguéis e valor adicionado

$$\frac{\text{Juros/Aluguéis}}{\text{Valor Adicionado}}$$

Esse quociente visa a identificar a parcela da riqueza gerada que é distribuída aos financiadores externos de capital, ou seja, quanto de cada unidade monetária gerada como riqueza será distribuída como juros e aluguéis.

11) Quociente de lucros retidos e dividendos e valor adicionado

$$\frac{\text{Lucros retidos/Dividendos}}{\text{Valor Adicionado}}$$

Indica a evolução e tendência da forma como a riqueza criada pelas empresas é distribuída aos seus sócios e acionistas.

4.2 APLICAÇÃO DA DVA PARA FINS DE ANÁLISE MACROECONÔMICA

1) Aplicação para cálculo do PIB

Se todos os agentes econômicos do país, sejam eles empresas, pessoas físicas ou entidades sem fins lucrativos, calculassem seus valores adicionados, bastaria a soma desses valores para obtermos o Produto Interno Bruto (PIB). As empresas, como a maior parcela representativa desses agentes econômicos, podem contribuir para o cálculo e análise do PIB através dos órgãos responsáveis por meio da Demonstração do Valor Adicionado.

2) Aplicação para análise dos Produtos: Nacional, Regional e Setorial.

As informações para análises do PIB setorial e regional já seriam obtidas por intermédio das Demonstrações do Valor Adicionado facilitando assim tais análises, uma vez que não seria necessário esperar a consolidação dos dados obtidos por estimativa (PIB nacional) para posteriormente se obter o valor do PIB setorial e regional.

Alguns pontos são extremamente impor-

tantes para a análise mediante a DVA, como rapidez, facilidade, disponibilidade dos elementos para análise, o nível de contribuição que uma empresa oferece para a riqueza regional ou setorial.

3) Aplicação para análise de Investimentos, Concessões de Financiamentos e Subsídios Governamentais.

A DVA permite a avaliação de investimentos e outras formas de apoio ao crescimento dentro de um contexto social. Informações como contribuição social da empresa por meio dos impostos, o nível de participação da mão-de-obra na geração da riqueza ou contribuição da empresa do ponto de vista regional auxiliam nos estudos de viabilidade econômica de projetos de instalação de uma empresa e de pólos industriais.

4) Aplicação na avaliação de projetos de Empresas Transnacionais

A troca de interesses com retorno de benefícios mútuos é a característica da relação entre os países e as empresas transnacionais. O investidor internacional oferece ao país interessado capital, tecnologia, novas oportunidades de negócios e estrutura industrial e comercial. Em troca, o país que recebe o investimento estrangeiro oferece acesso ao mercado interno, aos recursos naturais, além de outras vantagens como mão-de-obra específica e redução ou isenção de impostos.

A avaliação do investimento estrangeiro pode ser efetuada por meio de análise da Demonstração do Valor Adicionado. Podem ser avaliados itens como o nível de remuneração da mão-de-obra empregada, o nível de contribuição do investimento para a economia do

país (região) no qual o investimento foi aplicado e o nível de remuneração do capital empregado (próprio e de terceiros). Para determinados países é importante o quanto de valor adicionado ao investimento estrangeiro gerará, mediante a criação de empregos, aumento da arrecadação de impostos etc.

5 CONCLUSÃO

O Balanço Social é um instrumento de informação da empresa para a sociedade, que tem como potencial demonstrar o lado social e humano. Por princípios morais, éticos, de respeito e responsabilidade social deve ser elaborado pelas empresas públicas como privadas, os benefícios aparecerão tanto para a sociedade como um todo, como para a própria empresa.

A Demonstração de Valor Adicionado é uma demonstração de grande interesse, para fins de análise financeira, já que evidencia como que a empresa produziu riqueza. Dentro da atual conjuntura sócio-econômica das empresas a contribuição dessa demonstração é evidenciar o valor adicionado gerado independentemente da ocorrência das vendas, mas na agregação de valor pelo processo produtivo à matéria prima, como também é de grande importância para análise financeira, pois individualiza a participação de cada empresa na geração e distribuição de riqueza.

Pode-se concluir que o valor adicionado pode ser entendido, entre outras coisas, como um indicador de eficiência e eficácia da gestão empresarial, além de contribuir de forma importante para análises econômicas no que diz respeito à geração de riquezas pelas empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 11. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Frase, 2002.

MARION, José Carlos (coord.). **Mudanças nas demonstrações contábeis**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanço**: abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço Social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, Arioaldo dos. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glauco Antônio. **Elaboração das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Rêspel, 2003.

YOSHIOCA, Ricardo. **Valor Adicionado**: alguns conceitos econômicos que ajudam a entender a demonstração contábil. *Temática Contábil - Boletim IOB 8/98*.

TIBURCIO, César Augusto Silva (Coord.). **Balanço Social**: teoria e pratica: inclui o novo modelo do IBASE. - São Paulo: Atlas, 2001.